



Cruzeiro do Sul

Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão

Uma Análise ao Processo Participativo no Estabelecimento e Governação dos Recursos Naturais no Parque Nacional do Limpopo



Camilo Correia Nhacale



Uma Análise ao Processo Participativo no Estabelecimento e Governação dos Recursos Naturais no Parque Nacional do Limpopo

Camilo Correia Nhancale

1. Introdução

O estabelecimento centralizado das áreas protegidas diprivou muitas comunidades rurais das suas actividades de subsistência e estratégias de sobrevivência dependentes do uso dos recursos florestais (Fabricius *et al.* 2004; Weladji *et al.* 2003; Katerere, 2002; Ghimire & Pimbert, 2000). Perderam a terra e foram reassentadas (Webb, 2002; Koch, 2000; Reid *et al.* 1999), a caça de subsistência foi tornada ilegal (Fabricius *et al.* 2004). Como resultado houve resistência ao estabelecimento das áreas protegidas (De Oliveira, 2002); emergiram conflitos e invasões aos parques (Fabricius *et al.* 2004; Ghimire & Pimbert, 2000). Por isso, a procura de soluções para o sucesso de estabelecimento das áreas protegidas passou pelo envolvimento e apoio das comunidades locais (De Oliveira, 2002; Colchester, 2000; Pimbert & Pretty, 2000), conferindo-as uma participação activa no manejo dos recursos naturais e da biodiversidade (Rodrigues, 2002; Songorwa *et al.* 2000). Assim, permitiu-se o acesso aos recursos, partilha de benefícios, promoção do desenvolvimento comunitário e tornar a conservação pagadora dos seus custos (Fabricius *et al.* 2003; Katerere, 2002).

A Lei Moçambicana de Florestas e Fauna Bravia (Lei no.19/99), enfatiza o envolvimento das comunidades locais no desenho dos planos de manejo para a gestão dos recursos faunísticos, incluindo planos para parques e reservas nacionais (Governo de Moçambique, 2004; 2000; 1999; Serra, 2003), com engajamento de todos os parceiros. Este estudo procurou analisar o processo da governação participativa no estabelecimento e manejo do Parque Nacional do Limpopo e o papel dos parceiros envolvidos nos processos de tomada de decisão, principalmente, ao nível das comunidades locais uma vez que são vistos como parceiros primários porque dependem, directamente, dos recursos naturais para a sua sobrevivência.

2. Metodologia

Os dados foram colhidos usando o método de triangulação, que é uma combinação de técnicas para extrair os mesmos dados de formas diferentes, incluindo questionários às famílias nas aldeias dentro do parque ao longo do rio Shingwedzi e duas aldeias na zona tampão, entrevistas a informantes chaves, autoridades do parque e oficiais do Fórum de Organizações não Governamentais para o Parque Nacional do Limpopo, autoridades administrativas distritais e locais, grupos focais de discussão (homens e mulheres) e revisão bibliográfica.

3. Parceiros locais e sua participação no estabelecimento e na gestão do parque

Segundo Wolmer (2003) o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL) foi estabelecido numa abordagem “top-down”, no contexto da agenda dos doadores, Organizações Não Governamentais (ONGs) internacionais e os governos de

Moçambique, Zimbabwe e África do Sul. Na África Austral a ONG Peace Parks Foundation tem sido a facilitadora da iniciativa dos parques transfronteiriços. O Parque Nacional do Limpopo foi estabelecido no contexto do PTGL, pois em Zimbabwe e África do Sul existiam já os Parques Nacionais de Gonaredzhou e do Kruger respectivamente. Do lado Moçambicano havia apenas uma área de caça – a coutada 16 – que, conseqüentemente, teve que ser proclamada Parque Nacional do Limpopo. Contudo, as comunidades locais e outros parceiros não foram envolvidos na preparação, planificação e no processo de tomada de decisão sobre o estabelecimento do parque. As comunidades locais não tinham sido, suficientemente, informados sobre o processo que levou ao estabelecimento do parque, bem como do seu papel e suas relações com outros parceiros (Schuerholz, 2001). Segundo Ghimire & Pimbert (2000), são raros os casos em que as comunidades são envolvidas desde o princípio no desenho de projectos. Neste caso, nem os governos provinciais, distritais e locais foram envolvidos no processo de planificação. E como resultado, inicialmente, eram hostis ao projecto.

O processo formal da planificação participatória no Parque Nacional do Limpopo foi através de um workshop realizado entre os dias 27 a 29 de Novembro de 2001 em Massingir (Proceedings of the Inception Workshop, 2001). Todavia o workshop começou no dia em que o Governo Moçambicano proclamou o Parque Nacional do Limpopo através do Diploma Ministerial no. 38/2001 de 27 de Novembro de 2001. Magome e Murombedzi (2003) enfatizam que a preparação e o processo de planificação do PTGL foi levado a cabo sem se ter em conta as aspirações e preocupações das comunidades afetadas.

A abordagem ‘*top-down*’ está associada com o fracasso do maneio dos recursos naturais, porque a tomada de decisão é centralizada e não toma em conta os contextos sócio-económicos locais (Cuambe, 2004). Nesta abordagem, a participação tem apenas o valor instrumental e, normalmente, é sob forma de consulta (Myburgh, 2003). Os participantes restringem-se a parceiros como governo, académicos, especialistas e ONGs. O governo decide os objectivos e deixa a responsabilidade de implementação aos outros (Myburgh, 2003). No caso do Parque Nacional do Limpopo, os parceiros da planificação e tomada de decisão sobre o estabelecimento do parque foram o governo, doadores e a ONG Peace Parks Foundation; a Unidade de Implementação do Projecto (PIU) e o governo local são apenas implementadores.

Contudo, na vizinha África do Sul pós-apartheid há casos que mostram um passo positivo no envolvimento dos parceiros e das comunidades locais na governação dos recursos naturais. A proclamação do *Richtersveld National Park* nos anos noventa e, actualmente, parte de *Richtersveld/Ais-Ais Transfrontier Park*, envolveu negociações com as comunidades locais. A comunidade de Nama entrou em negociações com as autoridades dos parques Sul Africanos (SANParks), culminando com uma parceria através de um acordo contratual que reconhece a comunidade como proprietária da terra. Ela mantém os direitos sobre os pastos, beneficia-se das taxas do pagamento das entradas e foi formado um comité de co-gestão, onde a presidência é alternada, anualmente, entre a SANParks e a comunidade (Jones & Murphree, 2004; Child, 2004; Reid & Turner, 2004; Magome & Murombedzi, 2003; Myburgh, 2003; Mahomed, 2002; Turner *et al.* 2002; Turner & Meer, 2001). Todavia, o comité de co-gestão não funciona devido a falta de capacidade institucional das comunidades locais (Turner, 2002; Turner & Meer, 2001). Contudo, é um passo positivo para a abordagem ‘*bottom-up*’ na governação dos

recursos naturais. Também, as comunidades de Makuleke no *Kruger National Park* (Child, 2004; Reid & Turner, 2004), e a de !Khomani San em *Kgalagadi Transfrontier Park*, celebraram contratos com a SANParks depois de terem reclamado as suas terras com sucesso. Similarmente, Colchester (2000) reporta um parque contratual entre os Aborígenes e o Governo Australiano, onde há partilha do poder na tomada de decisão. Os parques contratuais tem emergido em muitos países no mundo como uma nova forma de partilha das responsabilidades na gestão dos recursos naturais entre os governos e as comunidades locais (Reid & Turner, 2004). A figura 1, mostra o fluxo do arranjo institucional para a gestão do parque, onde parceiros como as comunidades locais, autoridades governamentais locais e as ONGs não participam no processo de tomada de decisão. A participação das comunidades locais termina ao nível do comité do parque que é apenas auscultado pelo comité de ligação que é um corpo deliberativo, estando a tomada de decisão ao nível do ‘*steering committee*’.

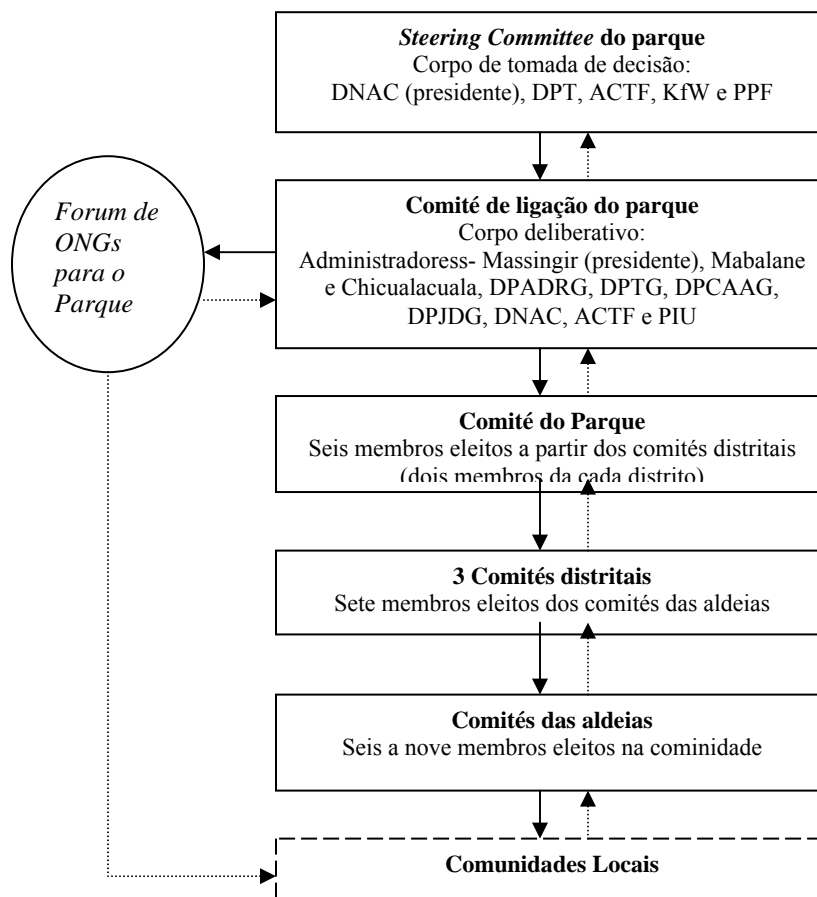


Figure 1. Fluxo do arranjo institucional para a gestão do Parque Nacional do Limpopo.

DNAC – Direcção Nacional de Áreas de Conservação.

DPT – Direcção de Promoção Turística.

ACTF – Áreas de Conservação Transfronteiriça.

KfW – Banco Alemão para o Desenvolvimento.

PPF – Peace Parks Foundation.

DPADRG – Direcção Provincial de Desenvolvimento Rural de Gaza .

DPTG – Direcção Provincial de Turismo de Gaza .

DPCAAG – Direcção Provincial para a Coordenação da Acção Ambiental de Gaza.
DPJDG – Direcção Provincial da Juventude e Desportos de Gaza.
PIU – Unidade de Implementação do Projecto.

4. Participação das comunidades locais

O princípio básico da abordagem participatória é o de que todos os grupos devem estar envolvidos em todas as fases do processo de tomada de decisão (Salomão, 2004). É importante que a multicidade dos parceiros seja reconhecida e que o seu papel seja, cautelosamente, bem definido (Katerere, 2002). É complexo envolver as comunidades locais (Governo de Moçambique, 2003; Salomão, 2002) uma vez que elas não são homogéneas nem, geograficamente, e nem sócio-economicamente; são complexas e dinâmicas (Johnson, 2004; Katerere, 2002, Peters, 2002; Salomão, 2002; Ghimire & Pimbert, 2000; Naguran, 1999). São compostas por um espectro diverso: género, idade, religião, riqueza, grupo e classe social, cultura, interesse pessoal ou colectiva sobre os usos dos recursos (Pijnenburg, 2005; Fabricius *et al.* 2004; Jones & Murphree, 2004; Shackleton & Shackleton, 2004; Coupe *et al.* 2002; Katerere, 2002; Peters, 2002; Salomão, 2002; Turner & Meer, 2001; Ghimire & Pimbert, 2000, Naguran, 1999).

O grau de consulta e a participação das comunidades na planificação e implementação do Parque Nacional do Limpopo tem sido mínimo. O processo da participação comunitária no PTGL tem sido inadequado (Wolmer, 2003). Todavia, a complexidade política das áreas de conservação tornam-nas vulneráveis à percepção de que os processos de participação e consulta são inadequados (Governo de Moçambique, 2003). Há que reconhecer que o processo de governação participativa no estabelecimento das áreas protegidas é ainda embrionário. Todavia, isso não pode ser justificação para o não envolvimento dos parceiros locais na planificação e nos processos de tomada de decisão. Certamente, se bem conduzido até pode constituir um exemplo para a emergente abordagem da governação participativa nas áreas protegidas no país. Também, poderia servir como referência da boa governação no país e para projectos similares em outros lugares do globo.

Há um debate em curso sobre a eficácia da legislação Moçambicana na descentralização do maneio dos recursos naturais entre analistas desta área. Uns, argumentam que a legislação é vaga (Virtanen, 2003) e tem “um caminho considerável para percorrer” (Salomão, 2004:16). Outros, argumentam que a legislação não é adequada para permitir uma implementação consistente (Cuambe, 2004) e não é flexível o suficiente para acomodar peculiaridades locais e diversas. As políticas que governam a participação das comunidades locais na gestão dos recursos naturais são, geralmente, pouco coordenadas e a cooperação inter-ministerial é fraca ou inexistente (Fabricius, 2004). Certamente, porque estas políticas estão ainda a emergir na África Austral (Katerere, 2002). Por exemplo, em Malawi, a falta de harmonização e integração das políticas sobre recursos naturais obstruem iniciativas de co-gestão (Mahomed, 2002).

Em Moçambique as comunidades locais devem ser envolvidas nas decisões relacionadas com a gestão dos recursos naturais através de consultas (Governo de Moçambique, Lei no.10/99 de...). Porém, nada se diz em relação ao peso das comunidades locais e outros parceiros no processo de tomada de decisão para o estabelecimento das áreas protegidas (Salomão, 2004). O envolvimento das comunidades locais e outros parceiros é

uma “necessidade” do que ser reconhecido como um “direito”, o qual permitiria uma atitude pro-activa (Salomão, 2004:5). O governo retém o poder de determinar as condições e restrições sob as quais as comunidades locais devem participar no maneio dos recursos faunísticos. Significando que, o estado tem o poder final de decidir se as comunidades podem participar ou não no maneio dos recursos faunísticos e puderem ter acesso aos benefícios que daí advem (Salomão, 2004; 2002; Ashley e Ntshona, 2002). Katerere (2002) argumenta que, experiências na região austral de África mostram que há falta de cometimento dos Estados de entregar o poder aos actores locais, apesar de inúmeras políticas advogando a devolução. No lugar desta, a tendência corrente é a centralização, os Estados mantêm um grau de controlo. Mushove (2002) e Matakala (2001) argumentam que em programas da participação comunitária na África Austral os modelos de participação na gestão dos recursos naturais não conferem poder de tomada de decisão aos usuários locais, a abordagem da sua participação vai de “*tokenismo*” a uma mera consulta.

Em Mombique, a terra é propriedade do Estado, não pode ser vendida, alienada e nem penhorada (Governo de Moçambique, 2004). Todavia, a legislação reconhece os direitos costumeiros das comunidades locais sobre a terra e os recursos naturais. As comunidades podem delimitar a terra comunitária e emitir-se um certificado que lhes confere os direitos de posse como uma entidade colectiva; o que lhes permite negociar contractos, parcerias e os termos de uso e aproveitamento da terra com investidores (Cuambe, 2004; Governo de Moçambique, 2004; Jones e Murphree, 2004; Salomão, 2004; Negrão, 2002). Contudo, ainda não está claro, como é que as comunidades locais poderão entrar e beneficiarem-se de tais parcerias (Assulai, 2004).

Em Moçambique, no caso do estabelecimento de um parque nacional, o governo pode, automaticamente, retirar a terra das comunidades locais e perderem o direito de uso e aproveitamento. Assim, as comunidades nas áreas protegidas têm direitos limitados, porque o objectivo primário do uso da terra é a conservação (Nhantumbo *et al.* 2003). Neste caso, os direitos costumeiros e os direitos sobre o acesso a terra e aos recursos naturais nas áreas protegidas são limitados e não reconhecidos (Cuambe, 2004; Motta, 2004). A devolução nestas áreas tende a não ocorrer, sugerindo que as comunidades devem ser reassentadas fora destas áreas para de lá poderem ter os mesmos direitos com as que estão fora das áreas protegidas (Nhantumbo *et al.* 2003). A forma pela qual estas comunidades poderiam beneficiar da equidade como as outras vivendo fora das áreas protegidas é um assunto importante e ainda por ser resolvido, principalmente, no caso do estabelecimento das áreas protegidas, onde as comunidades locais dependem dos recursos naturais para a sua sobrevivência (Nhantumbo *et al.* 2003).

5. Responsabilidade e autoridade na gestão dos recursos naturais

Embora as áreas protegidas são de controlo e regulados pelo Estado, a gestão das mesmas pode ser delegada a outros actores (Motta, 2004). Por exemplo, a Reserva do Niassa é gerida por uma entidade privada - a Sociedade para o Desenvolvimento e Gestão da Reserva do Niassa - com um mandato do Estado (Rodrigues, 2002). A questão neste caso seria porquê não se pode delegar o poder de gestão também às comunidades que vivem dentro das áreas protegidas, principalmente, quando estas são estabelecidas com estas comunidades vivendo dentro delas? [FRASE CONFUSA] Todavia, o objectivo primário

e final seria a devolução e não a delegação de poderes. Esta devolução ocorreria, gradualmente, quando as comunidades locais estiverem capacitadas e empoderadas o suficiente no decurso da sua activa participação aquando da delegação da gestão e conferir-lhes poder e responsabilidade. Logicamente, este processo de longo-termo deveria ocorrer em estreita parceria com o Estado, sector privado e as organizações não governamentais que deverão ter um papel preponderante no processo. Por exemplo, na África do Sul a comunidade de Makuleke entrou em parceria com o parque através de um acordo contratual (Child, 2004; Fabricius *et al.* 2004; Jones and Murphree, 2004; Reid & Turner, 2004; Kepe *et al.* 2003; Katerere, 2002; Turner *et al.* 2002; Turner & Meer, 2002). Igualmente, em Richtersveld, a comunidade de Nama entrou em parceria com a autoridade do parque através de um acordo contratual (Child, 2004; Reid & Turner, 2004; Magome and Murombedzi, 2003; Mahomed, 2002; Tuner, 2002). Porém, é vista como uma parceria forçada porque a SANParks impôs a terra o status de conservação como não negociável (Katerere, 2002; Turner *et al.* 2002). Desta forma, esta parceria foi apenas para a comunidade poder ter os seus direitos sobre a terra (Reid & Turner, 2004; Katerere, 2002). Nestas circunstâncias, uma parte paga os bens e serviços sem que haja uma tomada de decisão conjunta. Na verdade, a parceria devia ser um processo de negociação onde o papel e as ambições das partes são discutidas e acordadas. Parcerias reais são baseadas na confiança, transparência, equidade e benefícios mútuos (Katerere, 2000).

Alguns autores tem argumentado que o quadro legal em Moçambique dificilmente vai ao encontro da governação participativa nas áreas protegidas e a devolução do poder sobre os recursos naturais (Assulai, 2004; Cuambe, 2004 Motta, 2004; Salomão, 2004; 2002; Nhantumbo *et al.* 2003; Virtanen, 2001). Daí que seja necessária a definição de uma política clara sobre os direitos do acesso a terra e aos recursos naturais (Nhantumbo *et al.* 2003). A falta da clarividência e o respeito aos diferentes parceiros e seus objectivos nas iniciativas de gestão comunitária dos recursos naturais causa conflitos (Fabricius *et al.* 2004). Por exemplo, na “*joint venture*” entre o Estado e o sector privado, com as comunidades locais que ‘participam’ através dos comités de gestão na Reserva do Niassa, não estão definidos os papéis dos parceiros, principalmente, entre o sector privado e as comunidades locais (Rodrigues, 2002). Os procedimentos de implementação que estipulam como pôr as políticas em prática estão, pobremente, definidos (Fabricius, 2004).

A Governação participativa dos recursos naturais deve ser equilibrada com políticas nacionais apropriadas, com a descentralização e devolução da autoridade aos usuários locais politicamente e administrativamente (Katerere, 2002). A prática porém revela que há um ‘*gap*’ entre os postulados políticos e a vontade demonstrada pelo governo de permitir que o controlo real sobre os recursos seja entregue às comunidades locais (Nhantumbo *et al.* 2003). A estrutura institucional para a gestão do *Parque Nacional do Limpopo* mostra o ‘*gap*’ entre a política e a prática. Parece não haver disposição do Estado em devolver o poder sobre os recursos naturais ao nível local. A tomada de decisão é ao alto nível do ‘*steering committee*’, que consiste do governo, doadores e a ONG facilitadora PPF, sem a participação dos parceiros locais. Ao menos que estivessem representados ao nível do ‘*steering committee*’ para influenciarem a tomada de decisão.

5.1. Comitês de Gestão

Embora a participação comunitária tenha ganho ‘*momentum*’ ou força, há ainda obstáculos operacionais, porque a legislação não é clara, por exemplo quanto ao poder, autoridade e responsabilidades (Mushove, 2002). A responsabilidade e autoridade dos comitês de gestão formados nas aldeias e nos distritos no Parque Nacional do Limpopo não estão claros. Muitas políticas do governo tem o objectivo de devolver responsabilidades ao nível local, sem no entanto lhes conferir autoridade de tomada de decisão (Fabricius, 2004). Não há responsabilidade sem autoridade e nem autoridade sem responsabilidade (Matakala, 2001). A responsabilidade está ligada ao poder da autoridade e as dinâmicas da responsabilidade podem operar para desenvolvimento da competência (Murphree, 2003). Autoridade sem responsabilidade é inútil ou inexistente; a responsabilidade sem autoridade não tem os mecanismos essenciais para a sua implementação eficiente (Mahomed, 2002). Na região Austral de África a tendência é de devolver os direitos sobre os recursos naturais aos comitês de gestão. Estes comitês são responsáveis pela tomada de decisão em nome das comunidades locais e em muitos casos são, formalmente, constituídos, conferindo-os regulamentos operacionais da tomada de decisão (Jones & Murphree, 2004). Este não é o caso do Parque Nacional do Limpopo, porque embora, tenham sido criados comitês de gestão ao nível das aldeias e dos distritos, estão ‘muito longe’ da tomada de decisão.

As comunidades locais reclamam que as suas preocupações não são tomadas em consideração no processo de tomada de decisão sobre o parque. Isto, pode ser atribuído a diversidade das preocupações da comunidades que estão representados pelos membros do comité do parque. O comité do parque foi constituído pressupondo que iria representar e colocar os problemas de todas as aldeias (figura 1). Igualmente, na co-gestão de pescarias em Malawi, os membros do comité da aldeia sentem que as suas opiniões não são consideradas na tomada de decisão (Mahomed, 2002). Pode estar associado ao facto de os gestores tendem a combinar muitas aldeias numa única entidade (Fabricius *et al.* 2004) como é o caso dos comitês distritais e o comité do parque no Parque Nacional do Limpopo (figura 1). Todavia, grupos diferem, significativamente, em termos de condições socio-económicas, atitudes e capacidades (Fabricius *et al.* 2004). Mahomed (2002), Turner (2002) e Mushove (2002) argumentam que enquanto as abordagens participatórias estão estabelecidas na região, ainda continua incerta a vontade dos governos de devolver o poder e o controlo sobre os recursos naturais às comunidade locais. Assim, a participação torna-se um método para os governos mobilizarem contribuições involutárias, com a devolução das responsabilidades, mas não dos direitos e com a descentralização das responsabilidades mas não dos recursos (Peters, 2002).

6. Modelos da Governação Participativa

Os poucos exemplos das áreas protegidas em Moçambique mostram que os modelos de participação de parceiros tem surgido de acordo com as circunstâncias locais. Por exemplo nos recém estabelecidos Parque Nacional das Quirimbas e Parque Nacional do

Bazaruto, as comunidades locais participam através de uma ‘gestão colaborativa informal’. Na Reserva de Niassa, a gestão é feita através de um ‘*joint venture*’ entre o estado e o sector privado. As comunidades ‘participam’ através dos comités de gestão (Anstey *et al.* 2004; Rodrigues, 2002). No caso, do Parque Nacional de Limpopo acredita-se que o sucesso a longo termo do parque irá depender do desenvolvimento de relações construtivas e de benefício mútuo entre o parque e as comunidades locais vivendo dentro do parque (Grossman and Holden, 2003).

Adicionalmente, deverá se adoptar um modelo que vá ao encontro das peculiaridades locais. E neste contexto, a ambiguidade da política concernente a governação participativa das áreas protegidas terá que ser contornada pela determinação, cometimento e a flexibilidade de todos os parceiros envolvidos no processo (governo central, provincial, distrital e local, corpo técnico, ONGS, doadores e comunidades locais).

Conclusões:

Referências:

- Anstey S., Taylor R., Motta, H. & Martinussen A. (2004) Mid-term Internal Progress Review, Niassa Reserve Community (CBNRM) Project, Collaboration Between WWF and the Society for the Development of Niassa Reserve (SRN), Mozambique.
- Ashley, C. & Ntshona, Z. (2002) Transforming Roles but not Reality? Private Sector and Community Involvement in Tourism and Forestry Development on the Wild Coast. Sustainable Livelihoods in Southern Africa. Research Briefing 4. May 2002.
- Assulai, J. (2004) Relação entre Posse de Terra e os Outros Recursos Naturais, Apreentado na 3ª Conferência Nacional sobre a Gestão Comunitária dos Recursos Naturais. Maputo, Moçambique, 21 – 23 de Junho de 2004.
- Child, B. (2004) Innovations in Park’s Management. In: *Transition – Biodiversity Rural Development and the Bottom Line*, ed. B. Child, pp. 165 – 188. London, UK: Earthscan Publications Limited.
- Colchester, M. (2000) Salvaging Nature: Indigenous Peoples and Protected Areas. In: *Social Change & Conservation*, eds. K.B. Ghimire & M. Pimbert, pp. 97 – 130. London, UK: Earthscan Publications Limited.
- Coupe, S., Lewis, V., Ogutu, Z. & Watson, C. (2002) Living with Wildlife Sustainable - Livelihoods for Park-adjacent Communities in Kenya. London, UK: ITDG Publishing.
- Cuambe, C.C. (2004) State-Community Partnership as an Option for Sustainable Management of an *Androstachys Johnsonii* Dominated Woodland in Mabote District, Mozambique. MSc Thesis. University of Stellenbosch.
- De Oliveira, J.A.P. (2002) Implementing Environmental Policies in Developing Countries through Decentralization: The Case of Protected Areas in Bahia, Brazil. *World Development* **30**: 1713 – 1713.
- Fabricius, C. (2004) The Fundamentals of Community-Based Natural Resource Management. In: *Rights, Resources & Rural Development – Community-Based Natural*

Resource Management in Southern Africa, eds. C. Fabricius, & E. Koch, pp. 3 – 43. London, UK: Earthscan Publications Limited.

Fabricius, C., Koch E. & Magome H. (2004) Community Wildlife Management in Southern Africa: Challenging the Assumption of Eden, Evaluating Eden Series No. 6.

Ghimire, K.B. & Pimbert, Michel M.P. (2000) Social Change and Conservation: An Overview of Issues and Concepts. In: *Social Change & Conservation*, eds. K.B. Ghimire & M.P. Pimbert, pp. 1 – 45. London, UK: Earthscan Publications Limited.

Governo de Moçambique (2004) Lei de Florestas e Fauna Bravia, Lei n° 10/99 de 7 de Julho. In: *Legislação do Sector Agrário*, ed. Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Centro de Documentação e Informação Agrária.

Government of Mozambique (2003) Mozambique – Transfrontier Conservation Areas and Tourism Development Project. Report No. PID11612. Online [URL]: http://www.google.com/mozambique/ministry_of_tourism/.

Governo de Moçambique (2000) Lei N.º 10/99 de 7 de Julho, Princípios e Normas Básicas sobre a Protecção, Conservação e Utilização Sustentável dos Recursos Florestais e Faunísticos. Imprensa Nacional de Moçambique.

Governo de Moçambique (1999) Lei de Florestas e Fauna Bravia. Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia – DNFFB.

Grossman, D & Holden, P (2003) Parque Nacional do Limpopo, Management and Development Plan. First Edition, Mozambique.

Johnson, S. (2004) The Tchuma Tchato Project in Mozambique: Community-Based Natural Resource Management in Transition. In: *Rights, Resources & Rural Development – Community-Based Natural Resource Management in Southern Africa*, eds. C. Fabricius & E. Koch, pp. 210 – 222. London, UK: Earthscan Publications Limited.

Jones, B.T.B. & Murphree, M.W. (2004) Community-Based Natural Resource Management as a Conservation Mechanism: Lessons and Directions. In *Parks in Transition – Biodiversity, Rural Development and the Bottom Line*, ed. B. Child, pp. 63 – 103. London, UK: Earthscan.

Katerere, Y. (2002) Community-Public-Private Partnership in CBNRM: The Real Challenges? In: *Proceedings from the International Symposium on Contested Resources: Challenges to Governance of Natural Resources in Southern Africa, Cape Town, 18 – 20 October 2000*, eds. T.A. Benjaminsen, B. Cousins & L. Thompson, pp. 20–38. Programme for Land and Agrarian Studies (PLAAS), School of Government, University of the Western Cape.

Kepe, T., Wynberg, R. & Ellis, W. (2003) Land Reform and Biodiversity Conservation in South Africa: Complementary or in Conflict? Programme for Land and Agrarian Studies, School of Government, University of the Western Cape.

Koch, E. (2004) Putting out Fires: Does the ‘C’ in CBNRM Stand for Community or Centrifuge? In: *Rights, Resources & Rural Development – Community-Based Natural Resource Management in Southern Africa*, eds. C. Fabricius & E. Koch, pp. 78 – 92. London, UK: Earthscan Publications Limited.

Koch, E. (2000) Ecotourism and Rural Reconstruction in South Africa: Reality or Rhetoric? In: *Social Change & Conservation*, eds. K.B. Ghimire & M.P. Pimbert, pp. 214 – 238. London, UK: Earthscan Publications Limited.

Mahomed, N. (2002) Co-management as Co-governance: Prospects for Community-Based Natural Resources Management in Southern Africa. In: *Proceedings from the*

- International Symposium on Contested Resources: Challenges to Governance of Natural Resources in Southern Africa, Cape Town, 18 – 20 October 2000*, eds. T.A. Benjaminsen, B. Cousins & L. Thompson, pp. 39 – 50. Programme for Land and Agrarian Studies (PLAAS), School of Government, University of the Western Cape.
- Magome, H. & Murrombedzi, J. (2003) Sharing South African National Parks: Community Land and Conservation in a Democratic South Africa. In: *Decolonising Nature – Strategies for Conservation in a Post-Colonial Era*, eds. W.M. Adams & M. Mulligan, pp. 108 – 134. London, UK: Earthscan Publications Limited.
- Matakala, P.W. (2001) Community Needs and Demands and their Actual Involvement in Forest Management, A Regional Analysis. Presented at the DANCED-DANIDA Sustainable Forest Management Workshop, Windhoek, Namibia, August 14 – 16, 2001.
- Motta, H. (2004) A Posse dos Recursos Naturais e as Áreas de Conservação: A Visão de uma Gestão Integrada e Colaborativa. Apresentado na 3ª Conferência Nacional sobre a Gestão Comunitária dos Recursos Naturais, Maputo, Moçambique, 21 – 23 de Junho de 2004.
- Myburgh, K. (2003) Community Participation and Sustainable Development in the Establishment of the !Ai!Ais/Richterveld Transfrontier Conservation Park, MPhil Thesis. University of Stellenbosch.
- Mushove, P. (2002) A Organização das Comunidades nos Programas de Maneio Comunitário dos Recursos Naturais. In: *Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais. Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maio de 2001*, eds. E. Filimão & H. Massango, pp. 65 – 84. Maputo, Moçambique: UICN, DNFFB e FAO.
- Naguran, R. (1999) Community Based Tourism in Kwazulu Natal: Some Conceptual Issues. In: *Ecotourism Development in Eastern and Southern Africa*, ed. D. G. Reid, pp. 39 – 57. Harare, Zimbabwe: Weaver Press.
- Nhantumbo, I., Norfolk, S. & Pereira, J. (2003) Community Based Natural Resources Management in Mozambique: a Theoretical or Practical Strategy for Local Sustainable Development? The Case Study of Derre Forest Reserve. *Sustainable Livelihoods in Southern Africa Research Paper 10*. Institute of Development Studies, Brighton. Online [Online]: <http://www.ids.ac.uk/slsa>.
- Negrão, J. (2002) Posse da Terra e Gestão dos Recursos Naturais pelas Comunidades Locais. In: *Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais. Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maputo, Moçambique, Maio de 2001*, eds. E. Filimão & H. Massango, pp. 27 – 36. Maputo, Mozambique: IUCN, DNFFB e FAO.
- Peters, P.E. (2002) Grounding Governance: Power and Meaning in Natural Resources Management. In: *Proceedings from the International Symposium on Contested Resources: Challenges to Governance of Natural Resources in Southern Africa, Cape Town, 18 – 20 October 2000*, eds. T.A. Benjaminsen, B. Cousins & L. Thompson, pp. 7 – 19. Programme for Land and Agrarian Studies (PLAAS), School of Government, University of the Western Cape.
- Pijnenburg, B. (2004) Keeping it Vague. Discourses and Practices of Participation in Rural Mozambique. PhD Thesis. Wageningen University.
- Pimbert, M.P. & Pretty, J.N. (2000) Parks People and Professionals: Putting ‘Participation’ into Protected Area Management. In: *Social Change & Conservation*, eds.

- K.B. Ghimire & M.P. Pimbert, pp. 297 – 330. London, UK: Earthscan Publications Limited.
- Proceedings of the Inception Workshop (2001). Management Planning of Limpopo National Park (Formerly Coutada 16). Massingir, Moçambique, 27th – 28th November 2001.
- Reid, H. & Turner, S. (2004) The Richterveld and Makuleke Contractual Parks in South Africa: Win-win for Communities and Conservation? In: *Rights, Resources & Rural Development – Community-based Natural Resource Management in Southern Africa*, eds. C. Fabricius, & E. Koch, pp. 223 – 234. London, UK: Earthscan Publications Limited.
- Reid, D.G., Sindinga, I., Evans, N. & Ongaro, S. (1999) Tourism, Bio-diversity and Community Development in Kenya. In: *Ecotourism Development in Eastern and Southern Africa*, ed. D. G. Reid, pp. 59 – 81. Harare, Zimbabwe: Weaver Press.
- Rodrigues, A. (2002) Parcerias: Sustentabilidade e Conflitos nos Modelos de Gestão Envolvendo as Comunidades, o Sector Privado e os Governos Locais. In: *Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais. Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maio de 2001*, eds. E. Filimão & H. Massango, pp. 37 – 63. Maputo, Moçambique: UICN, DNFFB e FAO.
- Salomão, A.I.A. (2004) Legal Framework for Participatory Natural Resources Management: Privileges or Rights in Mozambique? Environmental Governance in Africa, Working Papers: WP # 17. Washington DC, USA: World Resources Institute.
- Salomão, A. (2002) Descentralização na Gestão de Recursos Naturais. Aspectos Legais e Institucionais. In: *Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais. Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais, Maio de 2001*, eds. E. Filimão & H. Massango, pp. 130 – 38. Maputo, Moçambique: IUCN, DNFFB e FAO.
- Schuerholz, G. (2001) Trip Report. Workshop *Coutada 16*, November, 2001. LIIa/3 – AS b/2. Financial Cooperation with SADC. In: *Proceedings of the Inception Workshop, Management Planning of Limpopo National Park (Formerly Coutada 16)*. Massingir, Moçambique: 27th – 28th November 2001.
- Serra (Jr.) C. (2003) Colectânea de Legislação do Ambiente. Maputo, Moçambique: Centro de Formação Jurídica e Judiciária.
- Shackleton, S. & Shackleton, C.C. (2004) Everyday Resources are Valuable Enough for Community-Based Natural Resource Management Programme Support: Evidence from South Africa. In: *Rights, Resources & Rural Development – Community-Based Natural Resource Management in Southern Africa*, eds. C. Fabricius & E. Koch, pp. 135 – 146. London, UK: Earthscan Publications Limited.
- Songorwa, A.N., Buhrs T. & Hughey K.F.D. (2000) Community Based Wildlife in Africa: A Critical Assessment of the Literature. *Natural Resources Journal* **40**: 604 – 643.
- Turner, S., Collins, S. & Baumgart, J. (2002) Community-Based Natural Resources Management: Experiences and Lessons Linking Communities to Sustainable Resource Use in Different Social, Economic and Ecological Conditions in South Africa. Cape Town, South Africa: Programme for Land and Agrarian Studies, School of Government, University of the Western Cape.

- Turner, S. & Meer, S. (2001) Conservation by the People in South Africa: Findings from TRANSFORM Monitoring and Evaluation, 1999. South Africa: Programme for Land and Agrarian Studies, School of Government, University of the Western Cape.
- Webb, G.J.M. (2002) Conservation and Sustainable use of Wildlife – An Evolving Concept. *Pacific Conservation Biology* **8**: 12 - 26.
- Weladji, R.B., Moe, S.T. & Vedeld P. (2003) Stakeholder Attitudes towards Wildlife Policy and the Bénoué Wildlife Conservation Area, North Cameroon. *Environmental Conservation* **30**: 334-343.
- Wolmer, W. (2003) Transboundary Conservation: The Politics of Ecological Integrity in the Great Limpopo Transfrontier Park. Sustainable Livelihoods in Southern Africa. Research Paper no. 4. Brighton: Institute of Development Studies.
- Virtanen, P. (2001) Evolving Institutional Framework for Community Based Natural Resource Management in Mozambique: A case study from Choa Highlands. *African Studies Quarterly* 5, no. 3: Online [URL]: <http://web.Africa.ufl.edu/asq/v5/v5ia8.htm>.